



TOMADA DE POSIÇÃO

DO CONSELHO GERAL DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ROMEU CORREIA

As políticas públicas de educação são um instrumento de construção do futuro das comunidades.

Ainda num percurso de readaptação e recuperação pós-pandemia, escolas e agrupamentos têm estado envolvidos num processo de reivindicação por parte dos professores e também de outros profissionais da educação.

Este processo, que se arrasta por tempo excessivo, tem assumido, naturalmente, impactos de natureza diferenciada e tem instalado nas escolas um clima e circunstâncias pouco amigáveis para o trabalho de alunos, professores, funcionários, técnicos, direções e pais.

A natureza dos problemas envolvidos é conhecida: o cansaço e desânimo dos professores, a injustiça e desvalorização de que se sentem alvo, a burocracia asfixiante, o mal-estar acrescido pela manutenção de discursos e intervenções erráticas por parte da tutela e o recurso a procedimentos que não favorecem a possibilidade de concertação e confiança.

Sabemos que os sistemas educativos considerados como tendo melhor qualidade, independentemente dos critérios de análise, são, em regra, os que mais valorizam os professores, em termos sociais, em termos profissionais e também no estatuto salarial.

Assim, a defesa da qualidade da educação e da escola pública passa incontornavelmente pela defesa e valorização das condições profissionais e de trabalho, nas suas diferentes dimensões, as quais possibilitem que o desempenho de escolas, professores, diretores, técnicos, funcionários, alunos e pais tenha o melhor resultado possível.

Neste contexto, muitos dos problemas dos professores e demais profissionais da educação são também problemas de toda a comunidade, porque comprometem a qualidade da educação e da escola e de todos os que nela coabitam. Questões como a contagem do tempo de serviço efetivamente trabalhado, uma justa avaliação e uma carreira valorizada e com perspectivas de futuro são fatores preponderantes para manter em exercício os atuais professores e para atrair novos docentes qualificados, única forma de ultrapassar o atual e gravíssimo problema da falta destes profissionais.



Para que a escola pública cumpra a sua insubstituível missão é fundamental que as escolas e os agrupamentos disponham, de forma contínua e estável, dos recursos humanos necessários, designadamente, professores, funcionários e técnicos.

Que disponham ainda de recursos suficientes para recorrer a apoios tutoriais ou ao trabalho com grupos de alunos de menor dimensão, apoios específicos a alunos mais vulneráveis, técnicos e psicólogos, num rácio que possibilite um trabalho multidimensionado, como é exigido.

Igualmente, é crítico que se invista em condições de trabalho e se diminua a carga de burocracia que desmotiva e é ineficiente.

Assim, enquanto órgão representativo de toda a comunidade educativa e considerando a situação atual, **o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Romeu Correia expressa a sua solidariedade com os docentes e não docentes e solicita, em nome do futuro dos nossos atuais alunos e dos que virão, que a negociação justa e competente devolva a tranquilidade às comunidades educativas, permitindo que a escola pública cumpra a sua Missão.**

A presente tomada de posição será enviada ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Primeiro-Ministro e ao Senhor Ministro da Educação e dela será dada conhecimento público, nomeadamente através da sua publicação na página eletrónica do Agrupamento.

Aprovada em reunião plenária, a 18 de maio de 2023.

A Presidente do Conselho Geral